

31º Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007
Caxambu, MG.

**GOVERNO LULA: POPULISTA? Um ensaio teórico a partir da
interpretação da obra de Octávio Ianni.**

Autor: Henrique Daniel Leite Barros Pereira.

Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

Seminário Temático nº17: Estrutura social, ação coletiva e poder político.

GOVERNO LULA: POPULISTA? Um ensaio teórico a partir da interpretação da obra de Octávio Ianni.¹

Henrique Barros²

Em outubro de 2002, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil com o maior número de votos da história do país até então. Foram mais de 52 milhões de votos. Era depositário, assim, da esperança de transformação da realidade de muitos, principalmente dos mais pobres.

Esse apoio das massas populares suscitou diversas argumentações sobre o caráter populista do movimento e do governo que se iniciaria. Jornais, revistas, noticiários, discursos políticos etc., muitas vezes se lançaram em argumentações bem construídas ou rotulações superficiais de que o governo seria populista.

Mas foi realmente o primeiro governo Lula um governo populista? O que seria um governo populista? E o movimento que o elegeu para esse primeiro mandato? Que forças estiveram presentes neste processo, como estas se relacionaram internamente e em que forma de movimento encontraram expressão? De fato, quais as características de um movimento populista?

Essas são as perguntas que nos guiam na distância desses pouco mais de quatro anos desde que Lula chegou à presidência do país, e que devem ser feitas não só para corrigir argumentações falhas e tentar observar o que não passou de retórica ideológica, mas também para tentar observar o que nos guarda esse segundo mandato que se iniciou em janeiro de 2007.

E sobre este último, conquistado através da reeleição em outubro de 2006, o que dizer? Obedece as características de um movimento populista?

Recorrer-se-á aqui, então, aos escritos de Octávio Ianni sobre o populismo. É notório que tal autor foi um dos maiores pesquisadores sobre a

¹ O presente artigo nasceu de um seminário apresentado na disciplina Estudos Avançados do Desenvolvimento Brasileiro ministrada pelo Prof. Niemeyer Almeida Filho durante o Curso do Mestrado em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Deixo aqui meus agradecimentos pelos comentários na ocasião, que foram de grande valia, reconhecendo que qualquer erro por ventura permaneça e a opinião expressa é de minha inteira responsabilidade.

² Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia.

temática e seus textos são uma importante luz sobre a complexa teia de relações e processos que envolve à análise de um governo ou de outro organismo social.

O populismo, por Ianni.

Em sua obra “A Formação do Estado Populista na América Latina” (1989), Ianni reúne uma ampla gama de interpretações sobre o populismo na América Latina, dialogando criticamente com cada uma dessas, trazendo novos elementos, novos enfoques, tecendo assim sua própria abordagem para o tema. Adicionalmente, descreve fenômenos populistas na Rússia, nos EUA, na Europa Central e nas ex-colônias européias na Ásia e na África; uma breve extrapolação do espaço principal da análise como forma de mostrar a pluralidade das expressões dos fenômenos populistas e que, contudo, ajuda na percepção de uma característica nuclear do populismo que o define como tal, como se considerará aqui. Tal obra é nossa pedra angular.

De início, Ianni deixa explícito que o populismo é um fenômeno plural, presente na história de várias sociedades, logo, com muitas características específicas de cada realidade em que ocorreu, mas que responde por um determinado momento histórico.

Reconhece que:

“...há uma característica que parece ser comum a todos esses populismos, quando focalizados em perspectiva histórica ampla. Todos os movimentos, partidos e governos populistas, juntamente com as suas controvérsias doutrinárias, têm o caráter de reações ideológicas e práticas, conforme o país e o contexto da ocasião, às mudanças econômicas, sociais e políticas provocadas pela formação do capitalismo industrial e a urbanização de cunho capitalista. ...o que parece estar em jogo é a crise do modo de vida de amplas camadas de trabalhadores rurais e urbanos, às vezes os dois combinadamente.” (IANNI, 1989, pág.16)

Assim, antes de tudo, é preciso ter com clareza em mente que o Populismo é um fenômeno que responde por uma determinada fase de expansão do sistema capitalista, sendo a expressão de um embate de determinadas forças com características e comportamentos específicos. Essa

fase é a da industrialização, e os movimentos populistas ora nasceram como expressão de forças contra e ora como expressão de forças favoráveis a esse processo, de acordo com a realidade espaço-tempo em que emergiam.

Contudo, não se pretende dizer que não seja mais possível observar esse processo, apesar de muito pouco provável por conta do avançado estágio de industrialização do sistema capitalista nas mais diversas sociedades, apenas que é preciso considerar isto nas análises, com o intuito, principalmente, de libertar nossa percepção dessa forma que o populismo tomou historicamente.

Logo, apesar da especificidade espaço-tempo, é possível, e necessário, ir em busca de identificar as características nucleares e fundantes de cada evento desse fenômeno, para que se possam ressaltar semelhanças e diferenças com a realidade atual, bem como para melhor entender o passado e traçar cenários futuros a partir das devidas considerações.

No mais, para reduzir o risco de ser infiel à obra de Ianni e ter um alibi para amenizar eventuais punições, é necessário anotar que o autor não apresenta diretamente um conceito pragmático e universal para o que seria o Populismo. Seu pensamento sobre o fenômeno é distribuído por entre seus escritos, mas é possível apresentá-lo de forma sistêmica e didática.

Para Ianni, o populismo expressa uma coalizão de classes em prol de certos objetivos dentro de um determinado organismo, seja ele um governo, partido político, sindicato ou outro movimento social. Tais objetivos exprimem as contradições entre as classes da coalizão e aqueles interesses que constituem a estrutura de poder político-econômico na situação.

Ou seja, o populismo é uma aliança policlassista, o que não quer dizer uma aliança de iguais³. Um pacto de interesses heterogêneos em busca da concepção de uma força que permita conquistar ganhos só conquistáveis por essa coalizão, que permita a contestação da estrutura de poder político-econômico vigente. É o que, em essência, lhe dar significado, pois é essa heterogeneidade de interesses que instala a contradição que deve ser

³ Igualdade aqui com o significado de terem a mesma força político-econômica, posto que o conceito de divisão em classes já exprime a heterogeneidade dos agentes.

sobrepujada pela realização dos mútuos interesses, determinando os objetivos da aliança.

Difere, portanto, do Bonapartismo, que floresce do embate de classes antagônicas pelo poder, quando já nenhuma destas tem forças para subjugar as outras impondo seus interesses, e então precisam selar um acordo para controle do poder, uma “paz de antagônicos, estabelecida pela impossibilidade de continuação da luta”. (IANNI, 1989)

E tampouco pode ser confundido com o fascismo. Hobsbawm (1995) nos alerta para uma diferença diametral: enquanto o populismo é um movimento político de esquerda, o fascismo é expressão de forças de direita. Ianni completa:

“Assim o populismo parece mas não é fascismo. Os dois seriam semelhantes, enquanto movimentos de revolta ou protesto contra o sistema. Mas tornam-se diversos depois de conquistar o poder. Diferentemente do que ocorreria com o fascismo, depois de alcançar o poder o populismo acaba vítima do próprio sucesso; isto é, ele tende a realizar suas limitações intrínsecas” (IANNI, 1989, pág.29)

Há o populismo das cúpulas, “isto é, dos governantes, políticos burgueses profissionais, burguesia nacional, burocratas políticos pelegos, demagogos”, e há o populismo das massas, “isto é, dos operários dos migrantes de origem rural, dos grupos sociais pertencentes à baixa classe média, dos estudantes universitários radicais, dos intelectuais de esquerda, dos partidos políticos de esquerda”. Uma dualidade de expressão do movimento populista dada pela heterogeneidade de composição da aliança. (IANNI,1989)

“... as classes assalariadas do populismo, inclusive o proletariado, não participam da coalizão enquanto classes sociais autônomas, organizadas e politicamente conscientes da sua situação de classe. Ao contrário, são classes sociais em formação, quando as suas lutas estão muito mais motivadas por razões econômicas imediatas do que por questões políticas da classe ou da sociedade. Esse é, provavelmente, um motivo real para que no populismo as linhas de classe apareçam apagadas.” (IANNI, 1989, pág. 39)

“Trata-se do populismo das elites burguesas e de classe média, que utilizam taticamente as massas operárias e os setores mais pobres da classe média. Esse populismo instrumentaliza as massas trabalhadoras, ao mesmo

tempo que manipula as manifestações e as possibilidades da sua consciência. Em situações críticas, abandona as massas à própria sorte, sem antes impedir que elas avancem um passo decisivo nas lutas políticas.” (IANNI, 1989, pág.10)

Isto cria margem de confusão para que muitos imaginem que as massas sejam mero objeto de manobra das elites. Contudo, reitera-se que são classes sociais com poderes políticos diferentes, aliados por uma relação de barganha. Estão unidos não só por uma ideologia, mas por forças e interesses engendrados pelas condições político-econômicas de sua realidade. E aqui, deve-se ressaltar o maior papel deste último, afinal “não é evidente nem freqüente que a ideologia populista seja sempre vaga, ou simples técnica de mistificação. Por conseqüência, não parece evidente que as ‘massas’ sejam sempre objeto no jogo político.” (IANNI, 1989)

“Na medida em que o populismo se funda na aliança de classes – e este é um conteúdo essencial do seu policlassismo – deve haver algum tipo de barganha entre as classes da coalizão. Em vários casos, a barganha consiste no seguinte: enquanto a burguesia e a classe média aumentam a sua participação da renda nacional, o proletário urbano aperfeiçoa as suas organizações de classe ou aumenta sua experiência política. A politização intensiva e extensiva das massas populistas, em especial nas ocasiões de crise político-econômica, tem sido uma das principais razões do abandono do pacto populista por parte da burguesia e da classe média.” (IANNI, 1989, pág.31)

Adicionalmente, uma das características fundantes do populismo está relacionada a este elemento ideológico. Diz respeito à personificação do populismo em um líder carismático, o que se dá em muito porque as massas populares que compõe a aliança encontram-se debilitadas e sem experiência política para se organizar. É marcante porque o chefe político é o rosto do movimento, das políticas, e como é este que carrega o discurso populista, muitas vezes embebido em demagogias e apelos pessoais, muitos acabam relacionando a existência de um político demagogo à ocorrência do populismo, esquecendo de observar a outra característica fundante do mesmo: a aliança de classes.

Assim, o componente ideológico enfraquece os traços das classes sociais do pacto populista, permitindo que os antagonismos entre as mesmas

sejam contornados, construindo uma identidade maior para uma estratégia de ação alavancada pela situação político-econômica e a busca da contestação da estrutura de poder vigente. E isto fica mais evidente quando se observa que se as condições político-econômicas se transformam, a ideologia e o carisma do chefe populista não suportam a aliança populista e esta se desfaz.

Por esta visão, estas são as duas características essenciais e fundantes do populismo e que o definem como tal. Não só os movimentos populistas da América Latina, mas também os outros observados em outros continentes trazem na sua forma essas duas características nucleares. Assim, analisar um movimento social não pode prescindir da observação dessas características essenciais para que seja identificado como populismo.

Adicionalmente, podemos apresentar ainda características comportamentais derivadas destas características tidas como fundantes.

Por se tratar de uma aliança de heterogêneos, de classes com forças políticas diferentes, e que continuam a se desenvolver enquanto classes enquanto há a aliança, observa-se que o populismo traz em sua composição o seu desfecho: quando, com este desenvolvimento e com as conquistas do movimento, o novo perfil das classes e os novos interesses ameaçam os interesses da classe dominante na aliança, que costumava liderá-la, esta abandona o pacto populista.

“O paradoxo do populismo está em que ele se funda num pacto de classes sociais, ou os seus grupos mais ativos, que continuam a desenvolver-se como tais ao longo da duração do pacto. Por consequência, a aliança das classes sociais envolvidas nesse tipo de política não se rompe apenas pelas divergências com as outras categorias sociais, ou devido às ambigüidades e incertezas das forças populistas, quanto aos seus meios e fins. Quando se rompe a aliança populista, esta ruptura ocorre também, e às vezes principalmente, por causa das contradições desenvolvidas entre as classes que compõe o próprio populismo.” (IANNI, 1989, pág. 96)

“Em situações normais, parece haver harmonia ampla entre o populismo das massas e o populismo da burguesia. Entretanto, nas ocasiões críticas, quando as contradições políticas e econômicas se aguçam, o populismo das massas pode encaminhar-se para formas revolucionárias. Nessa situação ocorre a metamorfose do

movimento de massas em luta de classes.” (IANNI, 1989, pág. 10)

Por isso, a dissolução de uma aliança populista costuma ocorrer quando a mesma alcança o poder, transforma-se em Governo populista e engendra a moldagem de um Estado de acordo com seus interesses, o Estado Populista, encerrando a estrutura de poder que contestaram. É quando o movimento populista tem em suas mãos um instrumento que permite uma maior e mais ampla transformação da realidade que se tenciona mais fortemente o enlace entre as classes com a emergência dos conflitos de interesses.

Por seu turno, outras características comportamentais que podem identificar um fenômeno populista dá se quando o pacto populista constitui-se Governo Populista. Pois é sob esta forma que se apresentam eventos específicos que o caracteriza como tal: o “equilíbrio das classes sociais”, a “hipertrofia do executivo” e a busca por “organizar o poder além do aparelho estatal”.⁴ (IANNI, 1989).

Descrito as características de um fenômeno populista, uma breve síntese dos principais movimentos populistas na América Latina deve ajudar a apreender melhor esse conceito.

De modo geral, o populismo da América Latina nasce como contestação da estrutura de poder oligárquica que dominava as relações sociais até então e se coloca como um entrave para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Estava, assim, em consonância com a força sistêmica desse capitalismo que provocava o colapso das oligarquias tradicionais fundadas em uma economia primário exportadora.

“Sob vários aspectos, o populismo latino-americano parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente. ...Além disso, o populismo latino-americano parece corresponder à etapa final do processo de dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção. Corresponde à época da constituição do mercado de força de trabalho, pela formalização das relações de produção de tipo capitalista avançado. ...Nas

⁴ Considera-se que aqui pode residir um dos motivos pelos quais muitos imaginam tratar-se de um governo populista um governo fundamentalmente bonapartista, pois este também apresenta essas características. (IANNI, 1989)

novas relações entre o trabalhador, os instrumentos de produção e o produto da força de trabalho, os componentes mágicos ou animistas submergem sob as exigências impostas pelo ritmo e a escala de produção. Em outros termos, o valor de uso submerge no valor de troca. Sob vários aspectos, pois, o populismo é também um processo (político e sociocultural a um tempo) com o qual se dá a formação das classes nas nações da América Latina. (IANNI, 1989, pág. 9)

Contudo, não ocorre apenas pelo surgimento de um “vazio político” deixado pelo declínio destas oligarquias:

“... é inegável, que na época da crise do poder oligárquico nenhuma das “novas classes” sociais parece estar em condições de assumir o poder e impor o seu mando às outras classes, definindo a feição do Estado.” (IANNI, 1989, pág. 31)

“[Entretanto] ...O fato é que a aliança das “novas” classes sociais urbanas resulta muito menos do vazio político em que a sociedade se encontrava, devido à crise do poder oligárquico, do que da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes à nova situação.” (IANNI, 1989, pág. 32)

“Em nível interno, o que está em jogo é uma nova combinação de forças sociais, políticas e econômicas, para organizar e fazer funcionar o poder. E isto faz parecer que a aliança de classes, ou o pacto populista, é o fruto necessário e inevitável do vazio de poder. Mas em nível externo, o que está em jogo é a reformulação, às vezes ampla, das relações e estruturas de dependência.” (IANNI, 1989, pág. 33)

Foi, então, uma aliança selada entre as classes nascentes desse processo de mudança: a burguesia industrial e o novo operariado urbano. Uma aliança onde a classe burguesa era a líder, mas onde as massas populares não eram mero corpo de manobra manipulados por uma forte ideologia. Havia sim uma forte ideologia e líderes carismáticos, mas as massas populares tinham seus interesses político-econômicos relacionados aos benefícios do processo de urbanização e industrialização.

Uma aliança de contraditórios em prol de um objetivo maior: subjugar a ordem político-econômica voltada para os interesses das oligarquias regionais que se mantinha no poder desde o século dezenove.

“... as contradições principais [da aliança populista] eram as contradições entre a própria coalizão e as estruturas oligárquicas e imperialistas que se encontravam fora do poder.

Isto não significa que os antagonismos internos... não eram um elemento dinâmico importante. Mas eram secundários na definição do regime.” (IANNI, 1989, pág.36)

Assim, enquanto movimentos populistas que lograram, muitas vezes, transformar-se em governo populista e constituir um Estado populista, moldando-o aos seus interesses, realizaram amplas transformações sociais.

E quando os interesses das massas populares, que se desenvolveram enquanto classe durante a aliança, aprendendo e se organizando melhor politicamente, e que agora se deparavam com novas condições econômicas, de alguma forma mostraram se demasiadamente contrários e danosos aos interesses da burguesia, esta tratou de dissolver a aliança, e muitas vezes de se aliar à outras elites para enfrentar as massas populares e preservar a acumulação capitalista.

“Nesses momentos, o enfraquecimento político e econômico da burguesia nacional faz com que esta divida o poder com os outros grupos e classes sociais interessados na preservação da ordem capitalista. É nessas ocasiões que todos os grupos da classe dominante apelam à estabilidade institucional, aos princípios da hierarquia e da ordem, aos valores da civilização ocidental e cristã etc. Em todas as situações realmente críticas, a burguesia nacional rompe os compromissos táticos com o proletariado e alguns outros setores do populismo, em benefício das suas razões estratégicas, dadas pela ordem capitalista. Num paradoxo aparente, para sobreviver, essa burguesia nacional abandona a política de hegemonia implícita no populismo e adota a sua condição subalterna, refazendo e fortalecendo seus laços com os seus inimigos de ontem.” (IANNI, 1989, pág. 101)

Sobre a especificidade espaço-tempo do populismo latino-americano Ianni é enfático na crença de o populismo ter sido a expressão de um momento único na história:

“É possível dizer que acabou terminou a época do populismo na América Latina. As diversas experiências populistas, a despeito das suas peculiaridades nacionais,

foram contemporâneas. Em suas linhas gerais, distribuíram-se pelas décadas dos trinta a sessenta, algumas vezes transbordando esse tempo. Sucederam ao Estado Oligárquico, que predominava desde o século dezenove. E encerram-se com a emergência do Estado autoritário, militar, civil ou militarizado.”(IANNI, 1989, pág.116)

“Nessa altura da história para o que foi o populismo [latino americano]: nacionalismo econômico, industrialização substitutiva de importações, capitalismo nacional, reformas sociais, organização de classes assalariadas, reivindicação de direitos de cidadania, formação do povo, proposta de sociedade alternativa etc.” (IANNI, 1989, pág. 123)

Como anotado no início deste trabalho, reconhece-se a especificidade espaço-tempo dos fenômenos populista, e tal reconhecimento teve importância fundamental para que se buscasse descrever suas características fundantes, criando, então, recursos para que se possa analisar a realidade atual à luz do conceito de populismo de Ianni. Assim, cabe reconhecer as limitações dadas pelas transformações da realidade brasileira desde os tempos de populismo e construir um exercício de percepção guiado por aquelas características fundantes como forma de apreender o discurso presente que rotula fenômenos atuais de populistas, esclarecendo as diferenças e as similitudes.

Adicionalmente, é uma forma de manter funcional um dos arcabouços teóricos mais importantes para o entendimento da história do Brasil, respeitando, sempre, a História e as Teorias.

Governo Lula: populista?!

A realidade político-econômica do Brasil quando da eleição de Lula para a presidência da república em 2002 retrata uma estrutura de poder dominada por uma elite econômica baseada nas atividades financeiras cujos interesses estavam em plena consonância com os interesses da esfera financeira mundializada⁵. Após pouco mais de 5 anos, havendo nesse período uma nova eleição presidencial que reconduziu Lula para mais 4 anos de governo, pode-se constatar a mesma dominância desta elite financeira, nacional e

⁵ O conceito de mundialização do capital pertence à CHESNAIS, F. (1996)

internacional, sobre a estrutura de poder político-econômico responsável pela geração e distribuição de riqueza no país.

De fato, e em linhas gerais, desde a emergência desta esfera financeira mundializada na década de 70, que marca a primazia do capital financeiro sobre o produtivo, seguindo a tendência natural do capital à redução do seu circuito de valorização e respondendo às estratégias de ação da Nação hegemônica, os Estados Unidos da América, observou-se a reorientação do Estado Brasileiro para a manutenção e desenvolvimento de uma estrutura de poder que realiza os interesses desta esfera financeira. Os anos 90 são signos das políticas nacionais para aprofundar essa reorientação, as quais foram comumente denominadas “neoliberais” por terem sido relacionadas a velhos princípios liberais.

Não cabe aqui retratar o processo que engendrou essa emergência da esfera financeira, nem discorrer sobre a terminologia que foi dada as ações políticas que o acompanharam. Não nos cabe também, por hora, descrever os efeitos que este processo provocou e tem provocado sobre a sociedade brasileira. É preciso apenas identificar a relação da estrutura de poder vigente com os interesses de uma elite financeira.

Portanto, considera-se aqui uma nova possibilidade histórica para um movimento populista da forma como Ianni o preconizou. Visualiza-se uma estrutura de poder que pode vir a ser contestada por uma aliança de classes objetivando transformar as relações de geração e distribuição de riqueza no país. Explicitamente, o que se visualiza é a possibilidade de uma aliança entre a burguesia industrial e as massas assalariadas para reorientar as ações do Estado para o apoio à esfera produtiva da economia às expensas da esfera financeira, hoje dominante.

Contudo, por sua vez, quando eleito, o governo Lula tratou de tomar medidas que mantiveram e reforçaram o alinhamento neoliberal do governo, estabelecendo assim um diálogo com a burguesia financeira, que se antes poderia ver no presidente uma ameaça, passou a vê-lo não mais como tal, mais como um instrumento político para aprofundar a reorientação do Estado ao seu favor.

Para “acalmar os ânimos do mercado” o governo não só manteve como ampliou a meta de superávit e consolidou o instrumento de metas inflacionárias, agindo com uma política fiscal restritiva, que pouco faz pela infraestrutura necessária para o desenvolvimento, e aqui se inclui tanto os serviços para a indústria (estradas e logística em geral, recursos energéticos etc.), quanto os serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

Implementou também uma política de juros voltada para atração de capitais, o que significa altas taxas de juros para competir no mercado internacional de divisas, o que inibiu o crédito para investimento produtivo e fortaleceu ainda mais a burguesia financeira.

É verdade, no mais, que o governo Lula engendrou uma série de políticas voltadas para as classes mais populares. Porém, é preciso ressaltar que tais políticas foram concebidas no seio das forças neoliberais e estão plenamente alinhadas ao sistema dominante. Não são políticas instituintes de uma transformação político-econômica; pelo contrário os mecanismos de transferência de renda e as políticas focalizadas em geral, usadas em grande medida pelo novo governo mantêm as classes populares aprisionadas às condições sociais em que se encontram.

Certamente, estas políticas têm grande papel no jogo ideológico de buscar apoio nas classes populares, mas não absorvem todos os interesses dessas camadas que, plural como são, já se dividem no apoio ao presidente.

O que é central para a nossa análise é que, em nenhum momento, o Governo Lula se apresentou como uma contestação à estrutura de poder vigente. De forma simples, considerando que uma das características fundamentais apontadas para o populismo por Ianni é que este se constitua como uma força que conteste a estrutura de poder vigente, deve-se concluir que o Governo Lula não pode ser apontado como um governo populista.

Logo, erram aqueles que definem o governo Lula como populista. Se erram de fato, por falta de uma análise mais apurada, ou se erram levados pela conjugação desse discurso com seus interesses, posto que a terminologia populista passou a ser identificada como pejorativa, é algo que não cabe aqui tentar responder.

Contudo, é preciso responder algo mais: havia motivos para se esperar que o governo Lula fosse um governo populista? Houve uma aliança populista que o conduziu ao poder? É possível tecer algumas considerações sobre essa questão.

O Governo Lula: das forças que o elegeram.

O período que precedeu a eleição de Lula para o primeiro mandato foi marcado por uma instabilidade econômica que refletia o descontentamento de forças políticas, internas e externas, com o seu favoritismo eleitoral desde o momento em que se colocou como candidato.

Lula tinha um vasto histórico de posicionamento político a favor das massas populares, defendendo políticas de redução das desigualdades sociais e da exploração do trabalhador, com críticas ferrenhas às políticas neoliberais que vêm sendo implementadas desde a década de 80 no Brasil. O que de pronto provocou a reação das elites financeiras nacionais e internacionais, as principais beneficiadas por tais políticas, preocupadas com uma possível reorientação do Estado.

As políticas neoliberais que vêm sendo implantadas no bojo do novo processo de globalização, marcado por uma intensa internacionalização do capital e reorientação do Estado para garantir que o mercado seja o definidor único da produção e distribuição da riqueza, permitiram uma expansão nunca antes vistas da esfera financeira das economias às expensas do setor produtivo, especialmente nos países não desenvolvidos. Desnecessário aqui discorrer sobre como a reorientação do Estado por essas forças neoliberais abandonou as camadas mais pobres da população à sua própria sorte.

O importante ressaltar é que se as camadas mais pobres do país há muito já viam com bons olhos os discursos do então candidato Lula, a burguesia industrial também podia ter interesse em uma transformação político-econômica que pudesse reorientar o Estado em prol de condições favoráveis ao desenvolvimento industrial.

Havia assim, nesse momento, uma possibilidade para uma aliança populista entre a burguesia industrial e as camadas populares.

É verdade que havia um outro candidato muito mais alinhado com os interesses da burguesia industrial, o candidato José Serra (e a burguesia financeira depois perceberia isso), porém, muitos foram os empresários e industriais que apoiaram a candidatura de Lula, esperançosos em uma queda da taxas de juros e já conscientes de uma eminente vitória deste.

Assim, pensar se houve ou não uma aliança populista nos moldes apresentados nesse momento, é pensar se a burguesia industrial deixou de lançar mão de ações que poderiam alavancar a candidatura de José Serra às expensas da de Lula.

Se assim o fez, podemos dizer que houve um pacto populista entre as classes. Um pacto para fazer frente à estrutura político-econômica dominante, relacionada aos interesses do capital financeiro nacional e internacional.

Contudo, se houve uma aliança populista entre a burguesia industrial e as classes populares, a hipótese inicial aqui considerada, o governo populista não se realizou, pois o novo governo Lula executou políticas em muito contrárias ao interesse de uma burguesia industrial que continua clamando por condições mais favoráveis ao desenvolvimento industrial.

Porém, há duas considerações que se deve fazer para dialogar com essa hipótese.

A primeira diz respeito a essa inclinação da burguesia industrial em se aliar com as massas assalariadas. É necessário ponderar que a nova forma dominante de valorização do capital pode ter na esfera financeira, e não na produtiva, a sua centralidade, porém é possível que a burguesia industrial também esteja ganhando com esse processo.

De fato, as esferas financeiras e produtivas não são totalmente independentes entre si. Guardam certa autonomia e diferentes graus de poder, mas estão intimamente relacionadas pelo fato da esfera financeira não ser uma produtora de valor.

“A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo. ...A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de

uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde.” (CHESNAIS, 1996, pág. 241)

Logo, se pode imaginar um momento em que os interesses da burguesia industrial ganhem expressão em uma conjugação de ações envolvendo a esfera financeira.

De fato, é no mínimo intrigante a postura da “tão poderosa” burguesia industrial, principalmente a paulistana, organizada na FIESP, que, diante da resistência do Governo em reduzir as taxas de juros, além de se ausentar da implementação de uma política industrial e do desenvolvimento de infraestrutura para o fomento da produção, não esboça nenhuma forte reação, se contentando com uma baixa média de crescimento e bem menor do que poderia vir a crescer em condições mais favoráveis.

A segunda consideração a ser feita, é uma reflexão sobre o próprio Lula e o Partido dos Trabalhadores: será que era do interesse destes que o governo Lula produzisse uma real transformação político-econômica?

No interessante artigo “A hegemonia neoliberal no governo lula”, Boito Jr. apresenta uma detalhada análise da construção histórica do partido, identificando suas composições de classes e correntes políticas, e esclarece que o governo Lula não pode ser entendido como um ponto de inflexão na trajetória das crenças que estes defendiam.

“... a mudança de orientação do Partido dos Trabalhadores, de seus aliados e dos integrantes da equipe governamental não é recente e nem pode ser pensada como uma simples mudança de orientação desses políticos profissionais. Essa mudança de orientação faz parte de um processo mais longo e mais profundo.

... A cúpula partidária fez acordos de todo tipo para ser aceita pela burguesia, pelos partidos burgueses e pela mídia, mentiu ao eleitorado sobre política de crescimento, sobre criação de empregos, sobre reforma agrária e sobre respeito aos direitos previdenciários e, uma vez no governo, tem traído todas essas promessas de campanha. Porém, o que quero destacar é que a direção do PT e a equipe governamental não mudaram sozinhas e se a esquerda não entender isso, não será possível

dimensionar a complicada tarefa que os socialista têm pela frente. (BOITO JR., 2003, pág. 12)

Assim, de acordo com Boito Jr., a força neoliberal logrou não só ocupar o papel de dominância dentro das relações político-econômicas no Brasil, como também conseguiu transformar as massas populares e suas expressões políticas, no caso o Partido dos Trabalhadores, em elos da sua cadeia sistêmica de influência, neutralizando forças que potencialmente poderiam se opor à sua hegemonia.

No decorrer do artigo são identificados três importantes apoios fora das classes diretamente relacionadas com a esfera financeira e que teriam sido cooptados por essa força neoliberal: “a fração superior da classe média brasileira”, “o núcleo duro do novo sindicalismo” e “parte dos setores populares pauperizados”.

“O primeiro apoio localiza-se na fração superior da classe média brasileira que aderiu ao neoliberalismo e é uma aliada importante da grande burguesia e do grande imperialismo” (BOITO JR., 2003, pág. 12)

“No campo das classes trabalhadoras, o primeiro ponto de apoio do qual dispõe o governo para manter o modelo neoliberal é o setor que representa o núcleo duro do novo sindicalismo. Trata-se de uma parte dos trabalhadores assalariados que usufrui condições de trabalho e remuneração superiores aos da grande massa operária e popular e que dispõe de grande capacidade de organização e de luta sindical. Essa camada está representada, em primeiro lugar, pelos operários das montadoras de veículos e de outras grandes empresas multinacionais, por petroleiros, por bancários de grandes bancos privados e estatais e alguns outros setores.” (BOITO JR., 2003, pág. 15)

“Já dissemos que o setor priorizado pela política econômica neoliberal é o setor bancário da grande burguesia interna e o setor financeiro do capital imperialista. Pois bem, essa fração burguesa, que é a fração mais retrógrada das classes dominantes, logrou constituir uma classe-apoio em setores pauperizados e desorganizados, e que se encontram nesse estado, em boa medida, como consequência do próprio modelo econômico neoliberal. Falamos em classe-apoio do bloco no poder neoliberal, e não em classe aliada sua, porque esse setor popular lhe proporciona um apoio inorgânico e difuso e em decorrência de razões fundamentalmente ideológicas, isto é, sem que tenha seus interesses

atendidos pelas políticas de Estado. (BOITO JR., 2003, pág. 24)

Os motivos para a adesão dessas classes são diferenciados, já que são resultantes de suas posições na hierarquia social e da luta distributiva.

A fração superior da classe média converge para os interesses do neoliberalismo por querer manter um *status quo* de superioridade em relação às classes mais pobres, sob a forma de um acesso a bens e serviços privados de alta qualidade abandonando a defesa de um serviço público universal e de qualidade. “Apesar de tais preços pesarem cada vez mais em seus orçamentos domésticos, esse setor social continua avaliando que esse é custo que deve ser suportado para manter a sua posição econômica e social”. (BOITO JR., 2003)

Já a postura dos sindicalistas pode ser entendida como um reflexo de sua crença no seu poder de organização. Acreditam que o poder de barganha dos trabalhadores organizados é o instrumento mais forte e acertado para conseguir realizar seus interesses de classe. Dispensam, assim, com certa facilidade, o papel de coordenador e interventor do Estado nas relações de negociações com o empresariado, convergindo então com os preceitos neoliberais, principalmente de flexibilização da força de trabalho. Nas palavras de Boito Jr.:

“Com esse governo, o núcleo duro do novo sindicalismo imagina ter chegado ao poder ou, pelo menos, estar participando dele, e espera do presidente sindicalista não uma ruptura com o modelo capitalista neoliberal, mas um neoliberalismo com crescimento econômico e expansão do emprego. Essa camada de trabalhadores tem aceitado parte do privatismo neoliberal e acredita que pode utilizar seu poder de organização e de pressão sindical para converter alguns aspectos do neoliberalismo em instrumentos de defesa e de melhoria de suas condições de vida”. (BOITO JR., 2003, pág. 16)

Por sua vez, parte dos setores populares pauperizados se transformou em importante apoio para as forças neoliberais por que teve sua revolta frente à desigualdade social “confiscada” pela burguesia financeira e pelo imperialismo”. Durante décadas sofrendo com os males da miséria e tendo que assistir a brutal desigualdade de renda, as classes mais pauperizadas passaram a identificar naqueles que tem acesso a bens e serviços que

deveriam ser universais privilégios que devem ser combatidos. Adicionalmente, a descrença em um Estado que nada conseguiu fazer para transformar suas realidades é praticamente geral. Tem se constituído uma situação onde cada vez mais ficam “os miseráveis contra os pobres e os pobres contra os remediados”, esfacelando a coesão em torno de um Estado do bem-estar social mesmo entre os que mais precisam dele. (BOITO JR., 2003)

“No discurso neoliberal, o alvo da revolta é localizado apenas no Estado e na intervenção estatal na economia e o funcionalismo público é apresentado como o setor privilegiado por excelência, contra o qual deve ser mobilizada a insatisfação popular. O objetivo político real é, cortando direitos e reduzindo os serviços públicos, tocar adiante a política de ajuste fiscal, que viabiliza a remuneração do capital financeiro, e abrir novas áreas para a acumulação capitalista. Perseguindo esses objetivos, o capital financeiro e seus representantes políticos apelam para os setores populares pauperizados e politicamente desorganizados, embrulhando a política de ajuste fiscal num discurso farsesco sobre a justiça social.” (BOITO JR., 2003, pág. 25)

A detalhada argumentação de Boito Jr. aliada a primeira consideração feita, de interesses dúbios da burguesia industrial, que também viria ganhando com a emergência da esfera financeira, fornece recursos para que seja desacreditada a possibilidade de uma aliança populista para a eleição de Lula para a presidência da república tanto em 2002 como em 2006. De fato, o contrário pode ser pensado: não uma aliança populista, mas certo alinhamento de boa parte do eleitorado em torno de interesses representados pela força neoliberal, foi o responsável pela expressiva votação que levou Lula à chefia do executivo.

Assim, a aproximação entre a burguesia industrial e as massas assalariadas como considerada na hipótese inicial deve ser entendida não como uma aliança de classes para reestruturar o organismo de poder social por hora dominado, primordialmente, pelos interesses das elites financeiras, o que configuraria o processo como populista, mas como uma vitória dos interesses dessas elites que construiu um alinhamento, mas não uma aliança, de diversos setores de classes com poderes diferentes em torno de preceitos relacionados ao neoliberalismo.

O próprio Boito Jr. reconhece uma aproximação entre a burguesia industrial e setores do sindicalismo:

“Desde a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automobilística, o sindicalismo do operariado das montadoras aproximou-se da burguesia industrial e, particularmente, da Fiesp. Essa aproximação precedeu a aproximação entre a candidatura Lula em 2002 e esse mesmo setor da burguesia brasileira. Nesse processo, a direção política seguiu as bases sindicais – a conversão se iniciou na base e se irradiou para a cúpula. Foi a experiência da câmara setorial que serviu de ensaio para uma iniciativa política mais ambiciosa. ...o operariado das montadoras, através do sindicato metalúrgico do ABC, procurou estabelecer uma frente econômica pelo crescimento com o conjunto da fração industrial da grande burguesia brasileira, acreditando que a FIESP pode ser um aliado seguro na luta contra a política recessiva patrocinada pelos interesses do setor financeiro” (BOITO JR., 2003, pág. 22)

Adicionalmente, sublinha que o Governo Lula traiu os interesses desses:

“Essa frente reativou o velho discurso desenvolvimentista e esse sindicalismo esperava que Lula, uma vez no poder, mudasse a política de juros elevados do governo FHC, porque acreditava, e ainda acredita, que essa mudança teria o condão de liberar o crescimento econômico. O candidato Lula assumiu, na campanha eleitoral, o compromisso de priorizar a produção e acabar com a especulação, mas, uma vez no governo, esqueceu-se dessa promessa e está traindo os compromissos que firmara com o sindicalismo e com a FIESP.” (BOITO JR., 2003, pág. 22)

Contudo, é preciso ponderar esse interesse da burguesia industrial, como foi apresentado anteriormente, levando-se em conta a possibilidade desta estar ganhando com a esfera financeira. Esta ponderação pode ser entendida como uma questão de grau do nível de juros. Esse discurso desenvolvimentista que Boito Jr. aponta e que teria sustentabilidade nessas duas distintas classes pode não estar revestido da força suficiente para uma real mudança e dessa forma ainda se manter alinhado, ou ao menos não ofensivo, as forças neoliberais. Em uma palavra, o pedido de redução de juros pode não trazer a força necessária para libertar a economia da esfera financeira. Além do mais, de forma simples, talvez essa solicitação não passe do nível do discurso. O próprio Boito Jr. mostrou que o sindicalismo está muito

mais centrado, enquanto estratégia de ação, na sua capacidade de organização.

Considerando isto, continua-se com a afirmação de que, o que podia ser uma aliança populista não foi nada mais do que a hegemonia e a cooptação pelas forças neoliberais de classes e frações de classes sociais que poderiam se constituir em força de oposição.

Não se quer aqui estabelecer essa conclusão para todo o corpo eleitoral do presidente Lula. Certamente há muitos que votaram neste e não podem ser enquadrados nessa conclusão, contudo é preciso reconhecer que sem este alinhamento a votação não teria tido a expressividade que alcançou.

Conclusões

Como observado, Ianni conceitua o populismo com uma aliança de classes que assim se faz para contestar uma estrutura de poder que mantém determinada realidade político-econômica, tendo em sua forma a expressão de uma liderança envolta em ideologias de mobilização de massas.

Essa seria a essência dinâmica do populismo, guardadas, evidentemente, as diversas considerações referentes à construção espaço-tempo das históricas expressões deste fenômeno.

O que se buscou apresentar nesse trabalho foi uma relação entre estes fundamentos do populismo e atual realidade político-econômica do Brasil, enfocando o Governo Lula, por conta das inúmeras e cotidianas argumentações de que este seria um fenômeno populista.

Para tanto, pensar em um Governo Lula populista, na concepção construída por Ianni, significou tentar identificar, nos processos que fizeram com que este tenha chegado ao poder e na forma como o governo se realizou, tais características fundantes do populismo.

Como pode ser observado nas linhas acima, sob a luz do Populismo por Ianni, o Governo Lula não pode ser apontado como populista, como também o movimento que o elegeu assim não pode ser definido.

Em um primeiro momento, observou-se de forma simples que o Governo Lula não pode ser considerado populista por não representar uma contestação à estrutura de poder que há muito na história do país vem dominando as relações político-econômicas nessa estrutura.

Considera-se que reside aqui um dos aprendizados mais importantes que se apresentou na construção deste trabalho, pensar a atual realidade como uma possibilidade para o aparecimento do populismo, por se mostrar um arranjo societário constituído, em seu cerne, pelos interesses de uma pequena elite financeira, alinhada aos interesses de uma elite financeira internacional, que tem espoliado o país de muitos de seus recursos, alijando seu povo e renegando a liberdade e a cidadania que lhe são de direito existencial. Uma possibilidade de uma aliança de classes para transformar essa realidade.

Em um segundo momento ampliou-se o espectro de análise para analisar se o governo Lula, mesmo não sendo populista, teria chegado ao poder por mobilização de uma aliança populista. Neste momento, avaliou-se com rigor a possibilidade de ter ocorrido uma aliança entre alguns setores sociais, principalmente entre a burguesia industrial e setores sindicalizados do operariado, para eleger um governo de ampla frente social que pudesse transformar a realidade do país.

Mas foi nesse momento que se observou que essa é uma realidade complexa e de difícil realização. As possibilidades consideradas, ao invés de apontarem uma aliança populista, acabaram por mostrar maior inclinação para um alinhamento neoliberal.

Assim, rejeita-se a possibilidade de ter ocorrido uma aliança populista para eleger Lula presidente. Considera-se mais que a expressiva votação que este recebeu encontra explicação em uma convergência de interesses de diversos setores de classes para interesses alinhados à força neoliberal, que há mais de décadas se faz presente nas relações político-econômicas do país e tem moldado muitos interesses de classe, tanto por coerção direta, como por hegemonia e manipulação ideológica.

Portanto, as retóricas que se valem do conceito de Populismo para rotular o Governo Lula, não apresentam fundamento e podem ser justificadas

apenas pelo jogo ideológico do discurso político. Apenas como forma de atacar o governo com uma terminologia que hoje é, em muito, vista como pejorativa e ofensiva, o que reflete uma vitória ideológica do neoliberalismo como forma de isolar e amarrar qualquer ação política das massas populares. Ainda mais em mundo onde são cada vez mais os marginalizados pelo sistema capitalista.

E mesmo estes que acusam indevidamente o governo de populista parecem não olhar o ambiente que o cercam e fazem análises errôneas. Afinal, as políticas empreendidas pelo Governo Lula para as massas populares respondem à nova concepção de política pública construída pelo neoliberalismo, caracterizadas pela focalização às expensas da universalização. A principal estratégia do governo para conquistar o apoio das massas, a política de transferência de renda, não é capaz de provocar uma transformação relevante das condições sociais das mesmas.

Se não fazem uma análise às cegas, se consideram esse novo formato das políticas, e mesmo assim carregam seus discursos com a terminologia em questão, isso só mostra que o que está em jogo é mais do que deixar o mercado agir por ele mesmo, processo que tais políticas não estão a questionar, mas também a tentativa de ampliar a dominação e aparelhar o Estado, o que é só mais uma prova de que os desideratos do mercado, dos interesses econômicos, não são os únicos e infalíveis determinantes da realidade econômica. Fortes interesses políticos estão na mesa e há muitos já sabemos que o mercado não pode prescindir do Estado e que os mesmos interesses econômicos podem se articular a diferentes interesses políticos.

É esse Estado, como garantidor último de um mercado que seja o lócus central das decisões político-econômicas, que a elite financeira não quer perder.

A imprensa tem jogado papel relevante nesse jogo. Reproduz indiscriminadamente o discurso que identifica o governo Lula e outros movimentos como populistas, acabando por alimentar ainda mais a vulgarização de tão caro conceito para analisar movimentos sociais.

Maior ainda, frente a esta conjuntura, é o papel da academia e dos cientistas humanos e sociais. É preciso recuperar o conceito de populismo às

suas formas originais, que mesmo com uma pluralidade conceitual que é comum à estas ciências, como por exemplo o “Populismo por Francisco C. Weffort”, o “Populismo por Allan Angel”, entre outros, guarda um rigor científico que não deixa se entregar às influências de políticos e empresários.

Cabe anotar aqui a iniciativa de BOITO JR. (2003), que, apesar de não apresentar uma conceituação sobre o tema, trata de classificar certos fenômenos que aborda como “populismo regressivo”, não entregando a terminologia ao jogo da guerra ideológica.

“...se falamos de populismo de novo tipo é porque, diferentemente do velho populismo reformista do período pré-64, esse populismo, que poderíamos denominar regressivo, aumenta as desigualdades sociais e reforça a dependência econômica do país” (BOITO JR, 2003, pág. 25)

Contudo, considera-se que é preciso ir mais além. É preciso guardar para a utilização da terminologia uma rigorosa relação com sua estrutura teórica. Que se busquem novos termos para expressar as novas relações que em sua maioria se quer identificar como populismo. Um esforço maior para resguardar com cuidado tão importante conceito.

Nesse sentido, apesar de se compreender com clareza o “populismo regressivo”, que esta terminologia não seja usada. Que se busquem outras. Em épocas onde existem um ambiente sistêmico interessado em distorcer o conceito de populismo é preciso ter extrema cautela e refinamento para que não se forneça alimento para esse ambiente.

Sobre o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que se aceite que é carismático. Demagogo muitas vezes. Mas não populista. Não se pode deixar vulgarizar tão importante conceito para a apreensão dos processos sociais, muito menos que sirva de munição ideológica entre os diversos interesses político-econômicos.

No mais, é importante refletir sobre o aqui considerado, que se o governo Lula tivesse se realizado enquanto governo populista, da forma como delineamos, talvez as condições sociais do país fossem bem diferentes das que hoje este se encontra.

Se tivesse ocorrido uma contestação à ordem político-econômica dominada pelos interesses da elite financeira, que vem se tornando cada vez mais poderosa alimentada pela expansão sem precedentes da esfera financeira mundializada, talvez não tivéssemos que assistir a um crescimento econômico pífio, bem abaixo do potencial de crescimento apontado por muitos, à manutenção da elevada concentração de renda e à continuidade da deterioração dos serviços públicos essenciais.

Referências Bibliográficas:

BOITO JR., A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: Revista Crítica Marxista, Campinas: REVAN. n. 17, pp. 10-36, julho 2003.

CHESNAIS, F. A Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

HOBSBAWM, E.J. Era dos Extremos. O breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1977.

IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed., 1978.

IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis: Vozes, 1984.

IANNI, Octávio. A formação do estado populista na América Latina. São Paulo: Ática, 2ª ed., 1989.